



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150409 - MG (2021/0219982-9)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : ANDERSON DE CARVALHO SILVA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : LEVY MARCOS MARTINS MADEIRA - MG177867  
ALAN CEZAR MATIAS - MG196792  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**CORRÉU** : DEIVID DOS SANTOS  
**CORRÉU** : FERNANDO DE SOUZA  
**CORRÉU** : JOEL FRANCELINO BREGANTIN  
**CORRÉU** : KAROL PATRICIA OLIVEIRA CORREA  
**CORRÉU** : MAXWELL PEREIRA FLORENCIO  
**CORRÉU** : MICHELLE MAYRA DA SILVA MELLO  
**CORRÉU** : VILMAR MARQUES DE RESENDE  
**CORRÉU** : YURI MENDES MAXIMO

### DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ANDERSON DE CARVALHO SILVA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.21.111305-5/000).

O paciente está preso preventivamente, desde 24/3/2021, pela suposta prática dos delitos do art. 159, § 1º (duas vezes); do art. 159, *caput* (três vezes); do 157, § 2º, incisos II e V, e § 2º-A, inciso I; e do art. 157, § 2º, inciso V, todos do Código Penal.

A defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao acusado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema do art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o Juízo de primeiro grau manteve a segregação em decisão genérica, que utilizou a mesma fundamentação para todos os acusados.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação a custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de outras medidas cautelares menos gravosas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, especialmente porque o acórdão combatido consignou o seguinte (fl. 530):

Registro que não é possível vislumbrar qualquer vício ou irregularidade na decisão que aqui se impugna, vez que aponta elementos concretos que fundamentam a essencialidade da medida neste momento processual, nos termos do que determina o artigo 93, IX, da Constituição Federal, sendo possível identificar a situação peculiar que requer a adoção da medida cautelar mais gravosa (doc. 20 –f. 19-24).

[...]

No caso sob exame, quanto à existência do fato delituoso e sua autoria, embora o presente remédio constitucional não comporte dilação probatória, tenho que, em uma análise sumária dos documentos trazidos aos autos, existem indícios suficientes da participação do paciente na prática do delito, conclusão que é extraída, sobretudo, da Denúncia (doc. 33).

Ainda, no que tange aos demais requisitos previstos no artigo 312 do CPP, ao contrário do que sustenta o impetrante, verifico, em análise aos documentos que integram os autos, que subsistem fatos concretos a demonstrar a necessidade da prisão cautelar do paciente, para garantia da ordem pública.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente